



RELATÓRIO ANUAL 2021

 **SICOOB CREDLÍDER**
Cooperativa de Crédito

CONSELHOS E DIRETORIA EXECUTIVA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Osvaldo Pereira Caproni
Presidente

Jesus Bacani
Vice-Presidente

Idineu Possoni Júnior
Secretário

CONSELHEIROS VOGAIS

Encarnação Manzano
José Roberto Latorre
Sergio Aparecido Isola
Wilma Aparecida Monteiro

CONSELHO FISCAL EFETIVOS

Antônio Carlos de Moraes
Fabiana Gonzales Dias
Ivo Ferreira de Lima

SUPLENTES

Everton Brandt Uyemura
Luiz Capela
Paulo Cesar da Silva

DIRETORIA EXECUTIVA

Osvaldo Pereira Caproni
Diretor Presidente

Jesus Bacani
Diretor Operacional

Idineu Possoni Júnior
Diretor Administrativo



SUMÁRIO

Mensagem do Presidente.....	04
Gráficos.....	06
Demonstrações financeiras.....	09
Relatório da administração.....	10
Balanco Patrimonial.....	14
DSP.....	15
DMPL.....	16
DFC.....	17
Notas explicativas.....	18
Relatório de Auditoria.....	44
Parecer Conselho Fiscal.....	47

MISSÃO, VISÃO E VALORES

SICOOB CREDLÍDER

Missão

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.

Visão

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade.

Valores

- ✓ Respeito e Valorização das Pessoas;
- ✓ Cooperativismo e Sustentabilidade;
- ✓ Ética e Integridade;
- ✓ Excelência e Eficiência;
- ✓ Liderança Responsável;
- ✓ Inovação e Simplicidade

PLANO MULTI-INSTITUÍDO
DA PREVIDÊNCIA DO SICOOB.

Mais de
200 mil pessoas
planejando um
futuro tranquilo.



Escolha
Viver Bem.

 **SICOOB**

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Cooperados,

Sabemos que 2021 não foi um ano fácil. Pelo contrário, foi um ano repleto de desafios, e que nos trouxe muitos aprendizados nunca valorizamos tanto o abraço, a presença, o trabalho em equipe. Afinal, este ano tivemos que romper barreiras para continuar juntos e superar limites.

O ano de 2021 foi estratégico para solidificar as bases de crescimento da nossa cooperativa. Somos gratos pelas sementes da esperança e de justiça plantadas na nossa cooperativa e que continuam a brotar. Agora na retomada pós-pandemia, o segmento cooperativo tende a seguir em ascensão, visto que a crise fez com que mais pessoas se aproximem de soluções coletivas, como as apresentadas no cooperativismo.

Diariamente, o Sicoob Credlíder tem como foco contribuir para que pessoas, empresas e parceiros atinjam seu potencial pleno. Nossa tecnologia e produtos são desenvolvidos para proporcionar resultados expressivos aos nossos associados e a contribuir para a evolução da intercooperação brasileira, em especial em Votuporanga, nossa sede, e em Valentim Gentil e General Salgado onde estamos com atendimento presencial...

Para o Sicoob Credlíder, cooperativismo é transformação. Transformar a vida das pessoas, das empresas, da sociedade é o que faz a diferença em nosso dia-a-dia. É promover e somar ao desenvolvimento sustentável por um Brasil melhor, mantendo as nossas relações com a comunidade as mais estreitas possíveis, desenvolvendo tecnologias, produtos e serviços que proporcionam benefícios, de forma responsável e legal, preservando o meio ambiente e gerando riquezas para as nossas comunidades, estado e País.

Inovação, qualidade das relações, geração de valores para todos, meio ambiente seguro, consumo e produção sustentáveis são lemas do Sicoob Credlíder.

O período em que nos encontramos também fortalece o segmento a transpor obstáculos nos centros urbanos, onde continuamente se encontrava muitas dificuldades de aceitação quando comparadas com cidades do interior. Na medida em que as pessoas entendem que não estão encontrando serviços no mercado clássico, mais acabam praticando essas ferramentas coletivas. O cooperativismo se caracteriza por ser um grupo de pessoas com objetivos em comum dando acesso a essas ferramentas ou serviços aqueles que assim desejarem.

A participação das cooperativas proporciona maior transparência e justeza aos envolvidos. Diferente dos padrões empresariais clássicos, onde o empreendimento necessita rentabilizar com o cliente para pagar um “prêmio” ao investidor, nas cooperativas o próprio cliente é o dono do negócio e este só existe para servi-lo adequadamente e com preço justo. A vocação e a identidade do cooperativismo é municiar o desenvolvimento local, uma vez que conferem e destinam à própria sociedade o poder sobre as relações de trabalho e consumo, além, obviamente, dos resultados oriundos da atividade econômica por ela própria desenvolvida.

Outro ponto que merece destaque e é muito significativo é a participação das cooperativas na promoção da educação financeira, novamente enfatizando que seus associados ou também denominados cooperados são não apenas usuários dos produtos e serviços promovidos pela instituição, mas também, são seus donos e em última análise, responsáveis por importantes decisões na área financeira.

Cabe asseverar que as expectativas para o segmento são extremamente animadoras. O próprio Banco Central, nos relatos prestados pelo incansavelmente pelo seu Presidente e Diretores, que a agenda BC# preconiza um aumento expressivo da participação das cooperativas no sistema financeiro nacional, tem-se como meta que o segmento cooperativo represente mais de 20% do mercado até o final de 2022 propiciando inclusão e cidadania financeira a um número significativo de cidadãos brasileiros, em especial, àqueles de regiões com baixa perspectiva de lucro. Assim, como a cooperativa tem em seu seio o desenvolvimento local e progresso sucessivo na qualidade de vida do associado, sua estrutura e consequentemente a nossa é bastante diminuta para poder proporcionar que nossas operações tenham condições competitivas, culminando com seu papel preponderante de desenvolvimento local e de inclusão social.

Hoje, almejamos olhar para a frente. Com esperança, aspiramos que o próximo ano seja incrível! Que traga inspiração, sucesso e prosperidade, e que você, cooperado, colaboradores e amigos desfrutem de momentos inesquecíveis ao nosso lado. Agradecemos por continuar confiando no nosso trabalho e por estarmos juntos mais este ano. Conte conosco em 2022 e sempre, para continuarmos auxiliando a ser competitivo nos seus negócios e para que, juntos, possamos construir uma vida feliz e saudável.

Finalizando, cremos ter feito frente à nossa missão em mais um ano de nossa gestão, fato este que nos oportuniza mais uma vez agradecer de coração a todos os envolvidos, quais sejam: Associados/Cooperados, Clientes, Colaboradores, Fornecedores, Conselheiros, Diretores, visto termos feito juntos uma grande empreitada sujeitos a intensos desafios. Salienta-se que os bons resultados foram atingidos com a colaboração de todos o que evidencia que juntos poderemos avançar cada vez mais para um futuro sempre melhor. Nossa meta incansável é manter e buscar sempre uma cooperativa forte e saudável ao proporcionar produtos e serviços de excelência. Agradecimento especial aos associados pela confiança e continuaremos a trabalhar incansavelmente para satisfazer suas necessidades e demandas norteados nos princípios da governança corporativa, com muita competência, profissionalismo, transparência, segurança e dedicação. A soma de todos os nossos esforços multiplica os resultados da nossa cooperativa SICOOB CREDLIDER.

Oswaldo Pereira Caproni
Presidente do Conselho de Administração



DIA DE COOPERAR “DIA C”

O Dia de Coopera, DIA C, é um programa de responsabilidade social do cooperativismo brasileiro, cujo foco principal é o incentivo ao voluntariado e aos impactos sociais transformadores nas comunidades, confirmando o compromisso das cooperativas na busca por um país mais justo, com melhores oportunidades para todos.

As milhares de ações voluntárias realizadas, ano após ano, fazem do “Dia C” o maior movimento cooperativista de voluntariado do Brasil. Os projetos idealizados por cada cooperativa são norteados pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) e mostram a face humana do setor, que atua em prol do bem-estar e da qualidade de vida das pessoas.

Em 2021, o Sicoob Credlíder seguindo seus diferenciais, planejamento, antecedência e organização arrecadou 1 tonelada de alimentos não perecíveis, no período de 28/06 a 04/07, nos Postos de Atendimento. Os alimentos foram distribuídos para 3 instituições localizadas nas cidades de Valentim Gentil, General Salgado e Votuporanga.



PA 00 – Votuporanga - SP



PA 02 Valentim Gentil - SP



PA 00 – Votuporanga - SP



PA 03 – Valentim Gentil- SP

Consórcio do SICOOB

FAÇA SEU SONHO ACONTECER COM TRANQUILIDADE E SEGURANÇA.

ACESSE [SICOOBCONSORCIOS.COM.BR](https://sicoobconsorcios.com.br) E SAIBA MAIS.

APROVANTADO PELA PONTA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA, CNPJ Nº 14.050.240/0001-87, FISCALIZADA E AUTORIZADA PELA COMISSÃO DE REGULAÇÃO DO BRASIL, ASSOCIADA À ABC (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ADMINISTRADORES DE CONSÓRCIOS).

QUER FLEXIBILIDADE NO SEU ORÇAMENTO PARA COMEÇAR BEM O ANO?

CRÉDITO* PESSOAL DO SICOOB.

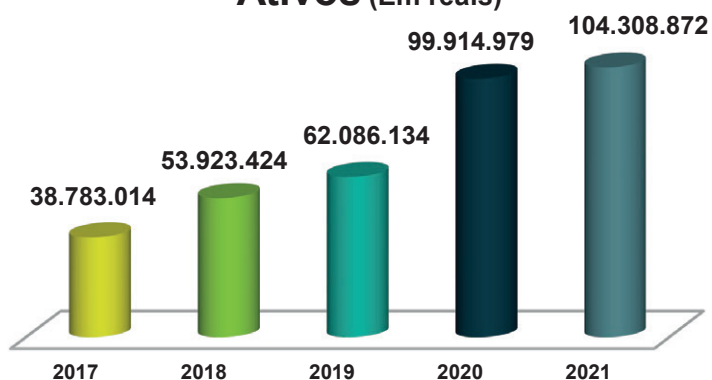
*Operação sujeita a análise e aprovação de crédito. Informe-se sobre a disponibilidade deste produto na sua cooperativa de crédito.

AS MELHORES
TAXAS E CONDIÇÕES

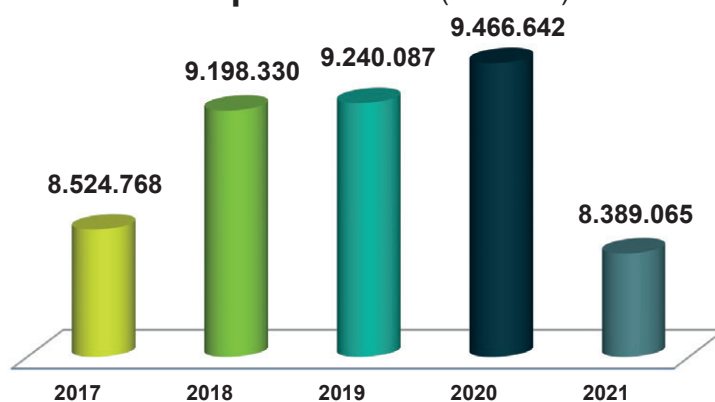
ZERO
BUROCRACIA

VALOR CREDITADO DIRETO
NA CONTA CORRENTE

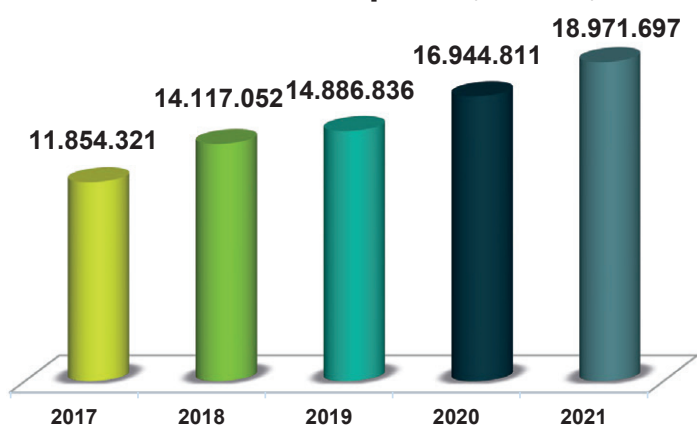
Ativos (Em reais)



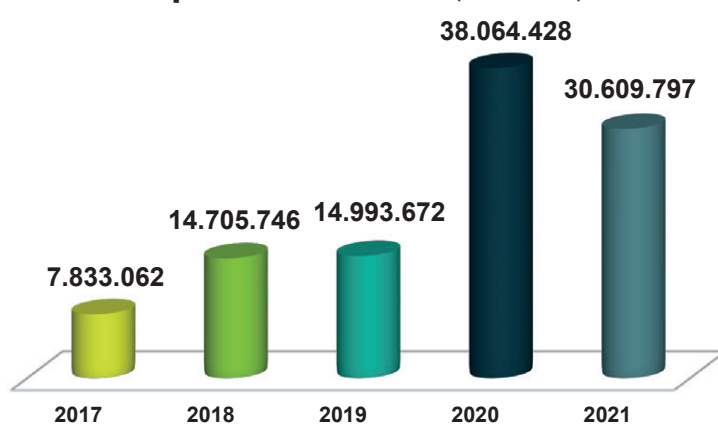
Capital Social (Em reais)



Patrimônio Líquido (Em reais)

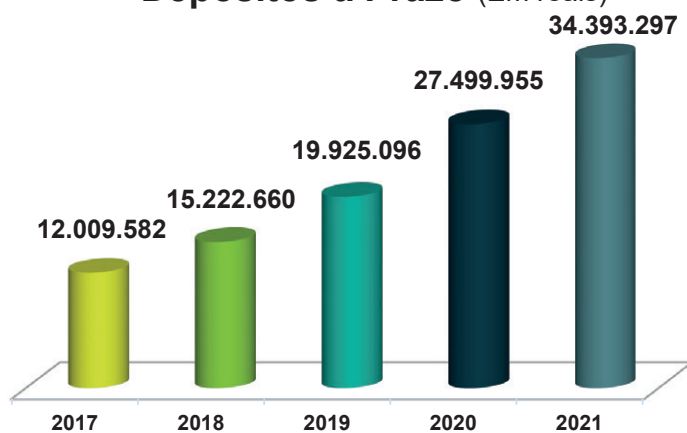


Depósitos à Vista (Em reais)

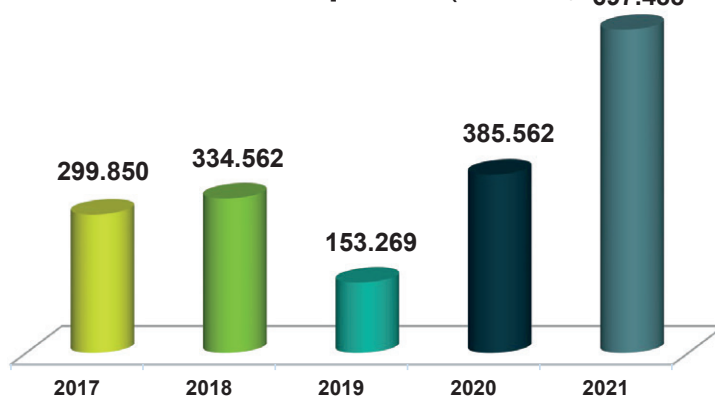




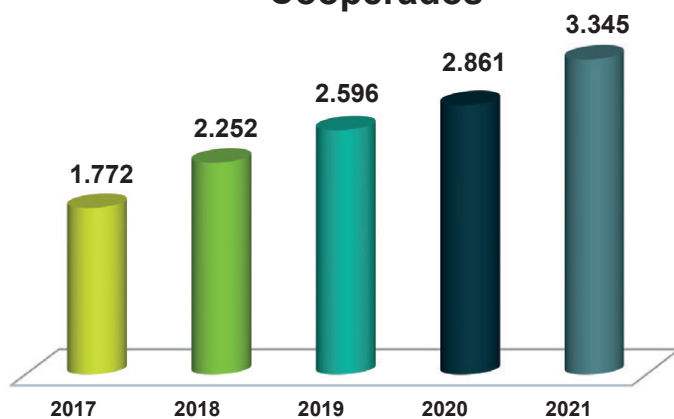
Depósitos a Prazo (Em reais)



Sobras Líquidas (Em reais)



Cooperados



COBRANÇA BANCÁRIA DO SICOOB.

MELHOR QUE
VENDER MUITO É
RECEBER EM DIA.



75696.12345 67890.123456 78901.234567 8 90123456789012



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SICOOB CREDLÍDER

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Atendendo às disposições legais e estatutárias a administração do Sicoob Credlíder apresenta-lhes, a seguir o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2021 da Cooperativa de Crédito Credlíder – SICOOB CREDLÍDER.

1. Política Operacional

Em 2021 o SICOOB CREDLÍDER completou 18 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os associados, investindo, portanto, no desenvolvimento da economia local. A atuação junto aos seus associados se dá principalmente através da concessão de crédito e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2021, o SICOOB CREDLÍDER obteve um resultado antes das destinações e pagamento de juros ao capital no montante de R\$ 3.280.887, representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 17%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram a importância de R\$ 63.129.117. Por sua vez a carteira de crédito representava o valor bruto de R\$ 34.061.714.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$ 9.904.114	29%
----------------	---------------	-----

Carteira Comercial	R\$ 24.157.600	71%
--------------------	----------------	-----

Os 50 (cinquenta) Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 57% da carteira, no montante de R\$ 19.620.943.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 67.265.841, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 2%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos a vista	R\$ 30.609.797	46%
-------------------	----------------	-----

Depósitos a Prazo	R\$ 34.393.297	51%
-------------------	----------------	-----

LCI – Letras de Crédito Imobiliário	R\$ 2.262.747	3%
-------------------------------------	---------------	----

Os 50 (cinquenta) Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 63% da captação, no montante de R\$ 44.011.488.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDLÍDER era de R\$ 18.218.433. O quadro de associados era composto por 3.345 associados, havendo um acréscimo de 17% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

Solidez e liquidez são termos intimamente associados à imagem do Sicoob Credlíder, a concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo alçadas pré-estabelecidas a serem observadas e cumpridas, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do “RATING” (avaliação por pontos), permitindo, assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDLÍDER adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, já as diretrizes do



gerenciamento do risco de crédito, está adequado à legislação vigente, em especial a Resolução 4.557/2017 do Banco Central.

7. Governança Corporativa

Governança Corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão. A adoção das práticas de governança contribui para aprimorar sua administração e os relacionamentos entre todos os agentes desse sistema (cooperados, administradores, funcionários e a sociedade), reduzindo possíveis conflitos e riscos inerentes a esse tipo de organização.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos com clara separação de funções. É responsabilidade do Conselho de Administração as decisões estratégicas e cabe à Diretoria Executiva a execução das decisões estratégicas e a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

Destacamos a adesão junto a Central Sicoob São Paulo, desde o ano de 2016, dos serviços centralizados de controles internos, contabilidade e folha de pagamentos. A centralização dos serviços à Central oportuniza maior dedicação aos negócios da cooperativa, padroniza processos, procedimentos e sistemática, reduz custos, além de obter ganho de escala, qualidade, padronização e confiabilidade nas informações disponibilizadas.

As informações contábeis são auditadas por empresa de auditoria externa que examinam, atestam a integridade e veracidade das contas ao emitir pareceres de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas e dá conhecimento por meio do relatório da auditoria realizada, seu principal instrumento de comunicação, ao Conselho de Administração e a Diretoria Executiva.

Todos esses processos estão sujeitos à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil, órgão que têm por objetivo manter a higidez e a eficiência do Sistema Financeiro Nacional.

Tendo em vista que risco é onipresente em toda atividade, muitas das decisões financeiras domésticas, de empresas de negócios, em especial, as instituições financeiras são focalizadas na gerência de risco. Desse conceito nasce a necessidade de se estabelecer um mecanismo de gerenciamento, que na cooperativa denomina-se Gestão de Riscos, entendido como a maneira de dirigir pessoas e processos com o intuito de mitigar ou eliminar as possibilidades de perdas ou danos acometidos por erros, falhas ou fraudes na cadeia das atividades, sejam elas internas ou externas à Cooperativa. Para minimizar possíveis perdas a cooperativa utiliza-se como referência, manuais das melhores práticas de concessão de crédito, cancelados tanto pela Confederação quanto pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacam-se: o Regimento Interno do Conselho de Administração, o Regimento Interno do Conselho Fiscal, o Regimento Interno da Diretoria Executiva e o Regulamento Eleitoral.

Todos os mecanismos de controle permitem à cooperativa demonstrar como são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre associados, Conselho de Administração, Diretoria, Órgãos de fiscalização e controle, e demais partes interessadas, levando transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Governança Corporativa e Compliance

Governança corporativa e *compliance*, conceitos que muitas vezes se confundem. O Sicoob Credlíder adota as duas práticas que apesar de terem objetivos parecidos, em alguns aspectos, são diferentes. Afinal, um está mais relacionado à adaptação nos processos e à

cultura da organização, enquanto o outro, à forma como uma empresa lida com as normas e com valores éticos, no entanto, os dois são fundamentais para garantir uma gestão eficiente e uma boa reputação para uma organização. Por isso, no Sicoob Credlíder eles são trabalhados juntos e considerados complementares.

9. Conselho Fiscal

Eleito a cada 03 (três) anos pela AGO, os conselheiros fiscais da cooperativa têm mandato até a AGO de 2022. O Conselho Fiscal, órgão fiscalizador independente do conselho de administração e da diretoria, elemento específico do sistema de governança corporativa do Sicoob Credlíder. A atuação do conselho fiscal contribui para salvaguardar os interesses dos associados, ao exercer o papel de fiscalizar os atos dos administradores, opinar sobre diversas matérias, denunciar desvios e irregularidades e prestar contas diretamente aos acionistas por meio de pareceres.

10. Pacto de Ética

Todos os integrantes da equipe SICOOB CREDLÍDER aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Pacto de Ética, proposto pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS, em 2021. Anteriormente era utilizado o Código de Ética do Sicoob, que foi substituído e atualizado pelo Pacto de Ética. Todos os ingressantes na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso e objetivo de harmonizar os valores pessoais e profissionais das pessoas que compõem a estrutura organizacional das entidades do Sicoob com os padrões de conduta e os valores éticos, morais, legais, normativos e os bons costumes reconhecidos como identidade institucional do Sicoob.

11. Sistema de Ouvidoria

O SICOOB CREDLÍDER aderiu ao convênio para compartilhamento e utilização do Componente Organizacional de Ouvidoria Único do SICOOB, definido como mecanismos oficiais destinados ao acolhimento de reclamações, de denúncias e de sugestões de clientes e de cidadãos, que auxiliam no acolhimento e no monitoramento das normas relacionadas à ética e à conduta. O sistema é composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria, tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos e serviços, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2021, o Componente de Ouvidoria Único do SICOOB registrou 06 (seis) manifestações sobre os produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa, havia reclamações, pedidos de esclarecimentos e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 06 (seis) manifestações, 04 (quatro) foram classificadas “*procedente solucionada*” e 02 (duas) “*improcedentes*”, todas respondidas dentro dos prazos legais e de acordo com o previsto na legislação vigente.

12. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou Resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme prescreve a Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).



Conforme previsto no artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933/21, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

Agradecimentos

Estamos vivenciando um período histórico muito delicado, de incertezas e insegurança, que nos exige muita cautela. Ficamos, de certa maneira, aprisionados e reféns, em certo grau, de uma pandemia que trouxe e ainda traz efeitos indesejados em nossas vidas e se constitui em um marco para todos no mundo. Assim, nosso eterno agradecimento aos Conselheiros de Administração e Fiscal, a Diretoria Executiva e aos colaboradores pela dedicação e comprometimento, dedicando-se integralmente para que nossos cooperados nos dê a preferência e confiança, considerando, principalmente, o momento em que a sociedade está inserida, fato que demonstra a necessidade cada vez maior de cooperação e colaboração, objeto do cooperativismo.

Votuporanga (SP), 23 de fevereiro de 2022.

Conselho de Administração

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDLÍDER
SICOOB CREDLÍDER
CNPJ: 05.463.934/0001-83
BALANÇO PATRIMONIAL
Em Reais

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		104.308.871,65	99.914.979,48
DISPONIBILIDADES		1.177.746,03	968.691,16
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		99.053.879,44	95.120.373,06
Títulos e Valores Mobiliários	5	1.681.504,18	3.646.177,54
Relações Interfinanceiras	6	63.129.117,18	58.532.472,19
Centralização Financeira		63.129.117,18	58.532.472,19
Operações de Crédito	7	34.061.714,32	32.810.501,75
Outros Ativos Financeiros	8	181.543,76	131.221,58
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(1.906.366,12)	(1.993.335,75)
(-) Operações de Crédito		(1.836.128,72)	(1.916.446,28)
(-) Outras		(70.237,40)	(76.889,47)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	37.056,10	22.269,53
OUTROS ATIVOS	10	1.060.995,49	1.072.625,84
INVESTIMENTOS	11	1.449.370,14	1.094.893,32
IMOBILIZADO DE USO	12	4.882.494,25	4.852.424,87
INTANGÍVEL	13	143.663,85	132.363,85
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(1.589.967,53)	(1.355.326,40)
TOTAL DO ATIVO		104.308.871,65	99.914.979,48
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		104.308.871,65	99.914.979,48
DEPÓSITOS	14	65.003.093,76	65.564.383,09
Depósitos à Vista		30.609.796,55	38.064.427,82
Depósitos à Prazo		34.393.297,21	27.499.955,27
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		16.890.067,97	15.376.496,46
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	15	2.262.747,26	609.583,82
Relações Interfinanceiras	16	9.880.673,80	10.433.170,35
Repasse Interfinanceiros		9.880.673,80	10.433.170,35
Outros Passivos Financeiros	17	4.746.646,91	4.333.742,29
PROVISÕES	19	99.545,52	92.831,63
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	20	95.445,05	102.932,15
OUTROS PASSIVOS	21	3.249.022,67	1.833.525,51
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22	18.971.696,68	16.944.810,64
CAPITAL SOCIAL	22 a)	8.389.064,51	9.466.642,32
RESERVAS DE SOBRAS	22 b)	9.885.143,90	7.092.606,43
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	22 c)	697.488,27	385.561,89
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		104.308.871,65	99.914.979,48

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDLÍDER
SICOOB CREDLÍDER
CNPJ: 05.463.934/0001-83
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS
Em Reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		5.478.352,81	9.403.742,88	6.974.456,57
Operações de Crédito	25	3.407.001,45	6.472.691,66	5.796.274,29
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4a	2.017.528,26	2.841.635,21	740.359,74
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5	53.823,10	89.416,01	437.822,54
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	26	(2.257.633,90)	(3.305.163,80)	(2.343.759,96)
Operações de Captação no Mercado	14d	(1.371.019,30)	(1.932.793,12)	(836.650,05)
Operações de Empréstimos e Repasses	16c	(324.762,55)	(617.987,71)	(576.657,60)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(561.852,05)	(754.382,97)	(930.452,31)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.220.718,91	6.098.579,08	4.630.696,61
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS		(1.314.341,25)	(2.806.312,90)	(2.470.624,05)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	27	384.327,29	695.309,80	691.881,84
Rendas de Tarifas	28	178.186,40	336.481,38	404.657,84
Dispêndios e Despesas de Pessoal	29	(1.219.153,08)	(2.572.482,36)	(2.305.542,08)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	30	(1.223.389,72)	(2.306.329,54)	(2.148.714,15)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(89.812,08)	(121.907,85)	(40.633,79)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	31	727.517,49	1.305.865,07	993.425,41
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	32	(72.017,55)	(143.249,40)	(65.699,12)
PROVISÕES	33	810,97	(6.713,89)	18.684,82
Provisões/Reversões para Contingências		0	0	6.000,00
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		810,97	(6.713,89)	12.684,82
RESULTADO OPERACIONAL		1.907.188,63	3.285.552,29	2.178.757,38
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	34	(28,57)	(4.654,68)	26.665,26
Lucros em Transações com Valores e Bens		0	0	22.000,00
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens		0	(6.041,11)	0
Ganhos de Capital		315,00	1.830,00	4.760,34
(-) Perdas de Capital		(43,57)	(43,57)	(95,08)
(-) Outras Despesas Não Operacionais		(300,00)	(400,00)	0
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		1.907.160,06	3.280.897,61	2.205.422,64
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		678,26	(10,31)	(6.059,26)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		380,78	0	0
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		297,48	(10,31)	(6.059,26)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E		1.907.838,32	3.280.887,30	2.199.363,38
JUROS AO CAPITAL		(71.586,52)	(71.586,52)	(253.701,96)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		1.836.251,80	3.209.300,78	1.945.661,42

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDLÍDER
SICOOB CREDLÍDER
CNPJ: 05.463.934/0001-83
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em Reais

	Notas	2 ° Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DA		1.907.838,32	3.280.887,30	2.199.363,38
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		1.907.838,32	3.280.887,30	2.199.363,38

As Notas Explicativas são parte integrante das de

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDLÍDER
SICOOB CREDLÍDER
CNPJ: 05.463.934/0001-83
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL S	ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019		9.418.766,84	-178.680,00	5.493.480,46	153.268,88	14.886.836,18
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		791.847,13	-34.330,00	153268,88	-153268,88	757.517,13
Por Devolução (-)		-773.328,97	0	0	0	-773.328,97
Estorno de Capital		-680	0	0	0	-680,00
Sobras ou Perdas do Período		0	0	0	2.199.363,38	2.199.363,38
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0	0	0	-253.701,96	-253.701,96
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		243.047,32	0	0	0	243.047,32
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		0	0	1.445.857,09	-1.445.857,09	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0	0	0	-96.390,47	-96.390,47
FATES - Atos Não Cooperativos		0	0	0	-17.851,97	-17.851,97
Saldos em 31/12/2020		9.679.652,32	-213.010,00	7.092.606,43	385.561,89	16.944.810,64
		0,00		0,00	0,00	0,00
Saldos em 31/12/2020		9.679.652,32	-213.010,00	7.092.606,43	385.561,89	16.944.810,64
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas		0	0	385.561,89	-385.561,89	0
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		711.345,31	-34.380,00	0	0	676.965,31
Por Devolução (-)		-1.824.778,20	0	0	0	-1.824.778,20
Reversões de Fundos		0	0	0	55.628,11	55.628,11
Sobras ou Perdas do Período		0	0	0	3.280.887,30	3.280.887,30
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0	0	0	-71.586,52	-71.586,52
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		70.235,08	0	0	0	70.235,08
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		0	0	2.406.975,58	-2.406.975,58	0
FATES - Atos Cooperativos		0	0	0	-160.465,04	-160.465,04
Saldos em 31/12/2021		8.636.454,51	-247.390,00	9.885.143,90	697.488,27	18.971.696,68
		0,00		0,00	0,00	0,00
Saldos em 30/06/2021		8.343.003,15	-213.325,00	7.478.168,32	1.373.048,98	16.980.895,45
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		406.329,30	-34.065,00	0	0	372.264,30
Por Devolução (-)		-183.113,02	0	0	0	-183.113,02
Reversões de Fundos		0	0	0	55.628,11	55.628,11
Sobras ou Perdas do Período		0	0	0	1.907.838,32	1.907.838,32
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0	0	0	-71.586,52	-71.586,52
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		70.235,08	0	0	0	70.235,08
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		0	0	2.406.975,58	-2.406.975,58	0
FATES - Atos Cooperativos		0	0	0	-160.465,04	-160.465,04
Saldos em 31/12/2021		8.636.454,51	-247.390,00	9.885.143,90	697.488,27	18.971.696,68

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDLÍDER
SICOOB CREDLÍDER
CNPJ: 05.463.934/0001-83
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em Reais



	Notas	2 ° Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		1.907.160,06	3.280.897,61	2.205.422,64
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		(54.455,77)	(54.455,77)	(28.692,00)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(56.773,12)	(31.073,47)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		561.852,05	754.382,97	930.452,31
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(810,97)	6.713,89	(12.684,82)
Provisões/Reversões para Contingências		0	0	(6.000,00)
Depreciações e Amortizações		117.651,79	234.641,13	220.043,06
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		2.531.397,16	4.165.406,71	3.277.467,72
Aumento (redução) em ativos operacionais				
Títulos e Valores Mobiliários		(53.823,10)	(1.681.504,18)	27.986.823,19
Operações de Crédito		(687.485,81)	(1.979.985,39)	(10.587.613,76)
Outros Ativos Financeiros		(90.683,36)	(162.901,96)	(104.710,50)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(8.753,06)	(14.786,57)	(10.119,22)
Outros Ativos		17.423,99	11.630,35	11.867,56
Aumento (redução) em passivos operacionais				
Depósitos à Vista		(3.929.644,40)	(7.454.631,27)	23.070.755,87
Depósitos à Prazo		(6.267.605,67)	6.893.341,94	7.574.859,32
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		522.745,57	1.653.163,44	609.583,82
Relações Interfinanceiras		(965.231,55)	(552.496,55)	1.756.923,37
Outros Passivos Financeiros		4.731.235,38	412.904,62	2.408.449,72
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		4.729,66	(7.487,10)	(34.791,89)
Outros Passivos		(67.926,15)	1.343.910,64	150.073,49
FATES - Atos Cooperativos		(160.465,04)	(160.465,04)	(96.390,47)
FATES - Atos Não Cooperativos		0	0	(17.851,97)
Imposto de Renda		380,78	0	0
Contribuição Social		297,48	(10,31)	(6.059,26)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(4.423.408,12)	2.466.089,33	55.989.266,99
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Sobras da Central		-	56.773,12	31.073,47
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		54.455,77	54.455,77	28.692,00
Aquisição de Intangível		(11.300,00)	(11.300,00)	(2.436,45)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(8.579,11)	(30.069,38)	(145.322,15)
Aquisição de Investimentos		(254.713,35)	(354.476,82)	(77.203,09)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS		(220.136,69)	(284.617,31)	(165.196,22)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		372.264,30	676.965,31	757.517,13
Devolução de Capital à Cooperados		(183.113,02)	(1.824.778,20)	(773.328,97)
Estorno de Capital		0	0	(680,00)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		70.235,08	70.235,08	243.047,32
Reversões de Fundos		55.628,11	55.628,11	0
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS		315.014,47	(1.021.949,70)	226.555,48
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(4.328.530,34)	1.159.522,32	56.050.626,25
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		68.635.393,55	63.147.340,89	7.096.714,64
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		64.306.863,21	64.306.863,21	63.147.340,89
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(4.328.530,34)	1.159.522,32	56.050.626,25

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Crédito Credlíder

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Crédito Credlíder – Sicoob Credlíder é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 22/04/2002, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo e componente do Centro Cooperativo Sicoob CCS, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O Sicoob Credlíder, sediado à Rua São Paulo, Nº 3.069, Patrimônio Novo, Votuporanga - SP, possui 2 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: Valentim Gentil - SP, General Salgado - SP.

O Sicoob Credlíder tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Administração em 11/03/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor



O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, a Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

- i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;
- ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;
- iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;
- iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de

Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A Cooperativa de Crédito Credlider junto a seus associados, empregados e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.



d) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

f) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do Sicoob SP e ações do Banco Sicoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização

acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

o) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

q) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.



t) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

u) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

w) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

x) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2021**.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários	1.177.746,03	968.691,16
Relações interfinanceiras - centralização financeira	63.129.117,18	58.532.472,19
Títulos e valores mobiliários	0,00	3.646.177,54
TOTAL	64.306.863,21	63.147.340,89

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB SP conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos períodos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram de:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos da Centralização Financeira	2.017.528,26	2.841.635,21	740.359,74

5. Títulos e Valores Mobiliários

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa	1.681.504,18	0,00	3.646.177,54	0,00
TOTAL DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	1.681.504,18	0,00	3.646.177,54	0,00
TOTAL	1.681.504,18	0,00	3.646.177,54	0,00

(a) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários – RDI, no **SICOOB SP**, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

Abaixo a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	Total
RDC – CDI	0,00	1.694.682,47	0,00	1.694.682,47
TOTAL	0,00	1.694.682,47	0,00	1.694.682,47

Abaixo o resultado auferido com Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2021 e 2020**.

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Títulos de Renda Fixa	53.823,10	89.416,01	437.822,54
TOTAL	53.823,10	89.416,01	437.822,54

6. Relações Interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, as outras relações interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Centralização financeira	63.129.117,18	0,00	58.532.472,19	0,00
TOTAL	63.129.117,18	0,00	58.532.472,19	0,00

7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total



Empréstimos e Títulos Descontados	14.293.004,61	9.326.574,47	23.619.579,08	12.146.435,93	10.006.944,14	22.153.380,07
Financiamentos	212.195,08	325.825,70	538.020,78	85.212,06	128.267,15	213.479,21
Financiamentos Rurais	5.030.221,32	4.873.893,14	9.904.114,46	4.731.513,65	5.712.128,82	10.443.642,47
Total de Operações de Crédito	19.535.421,01	14.526.293,31	34.061.714,32	16.963.161,64	15.847.340,11	32.810.501,75
(-) Provisões para Operações de Crédito	(886.976,15)	(949.152,57)	(1.836.128,72)	(869.106,02)	(1.047.340,26)	(1.916.446,28)
TOTAL	18.648.444,86	13.577.140,74	32.225.585,60	16.094.055,62	14.799.999,85	30.894.055,47

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA - Normal	560.556,59	0,00	1.542.972,99	2.103.529,58		2.491.976,52	
A 0,5% Normal	6.369.923,68	180.054,52	3.984.999,93	10.534.978,13	(52.674,89)	8.861.016,83	(44.305,08)
B 1% Normal	6.300.040,83	44.932,10	4.025.293,63	10.370.266,56	(103.702,67)	12.440.540,86	(124.405,41)
B 1% Vencidas	24.411,02	0,00	0,00	24.411,02	(244,11)	16.864,89	(168,65)
C 3% Normal	7.753.877,16	313.034,16	241.639,96	8.308.551,28	(249.256,54)	4.368.345,98	(131.050,38)
C 3% Vencidas	34.046,22	0,00	0,00	34.046,22	(1.021,39)	58.535,88	(1.756,08)
D 10% Normal	733.697,10	0,00	109.207,95	842.905,05	(84.290,51)	1.811.897,79	(181.189,78)
D 10% Vencidas	17.977,76	0,00	0,00	17.977,76	(1.797,78)	17.614,62	(1.761,46)
E 30% Normal	432.432,65	0,00	0,00	432.432,65	(129.729,80)	1.074.275,77	(322.282,73)
E 30% Vencidas	75.308,33	0,00	0,00	75.308,33	(22.592,50)	128.801,94	(38.640,58)
F 50% Normal	109.216,87	0,00	0,00	109.216,87	(54.608,44)	205.965,32	(102.982,66)
F 50% Vencidas	85.519,64	0,00	0,00	85.519,64	(42.759,82)	597.804,71	(298.902,36)
G 70% Normal	61.261,20	0,00	0,00	61.261,20	(42.882,84)	62.962,60	(44.073,82)
G 70% Vencidas	35.810,30	0,00	0,00	35.810,30	(25.067,21)	163.238,24	(114.266,77)
H 100% Normal	126.843,48	0,00	0,00	126.843,48	(126.843,48)	104.965,49	(104.965,49)
H 100% Vencidas	898.656,25	0,00	0,00	898.656,25	(898.656,25)	405.694,31	(405.694,31)
Total Normal	22.447.849,56	538.020,78	9.904.114,46	32.889.984,80	(843.989,17)	31.421.947,16	(1.055.255,35)
Total Vencidos	1.171.729,52	0,00	0,00	1.171.729,52	(992.139,06)	1.388.554,59	(861.190,21)
Total Geral	23.619.579,08	538.020,78	9.904.114,46	34.061.714,32	(1.836.128,23)	32.810.501,75	(1.916.445,56)
Provisões	(1.747.040,19)	(10.740,61)	(78.347,92)	(1.836.128,72)		(1.916.446,28)	
Total Líquido	21.872.538,89	527.280,17	9.825.766,54	32.225.585,60		32.810.671,75	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	8.635.375,45	5.657.629,16	9.326.574,47	23.619.579,08
Financiamentos	65.784,61	146.410,47	325.825,70	538.020,78
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	378.234,87	4.651.986,45	4.873.893,14	9.904.114,46
TOTAL	9.079.394,93	10.456.026,08	14.526.293,31	34.061.714,32

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2021	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	644.295,78	0,00	0,00	644.295,78	0,02%
Setor Privado - Indústria	327.374,16	0,00	0,00	327.374,16	0,01%
Setor Privado - Serviços	16.867.190,01	431.460,80	0,00	17.298.650,81	0,51%
Pessoa Física	4.558.645,06	106.559,98	9.904.114,46	14.569.319,50	0,43%
Outros	1.222.074,07	0,00	0,00	1.222.074,07	0,04%
TOTAL	23.619.579,08	538.020,78	9.904.114,46	34.061.714,32	1,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(1.916.446,28)	(1.881.130,42)
Constituições/Reversões no período	(648.455,26)	(834.146,15)
Transferência para prejuízo no período	728.772,82	798.830,29

Saldo Final	(1.836.128,72)	(1.916.446,28)
-------------	----------------	----------------

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	1.477.918,22	4%	1.999.906,62	6%
10 Maiores Devedores	7.921.421,57	23%	9.563.631,92	29%
50 Maiores Devedores	19.620.943,37	57%	20.965.160,04	64%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	4.109.292,49	3.391.715,40
Valor das operações transferidas no período	841.352,60	950.735,99
Valor das operações recuperadas no período	(587.415,29)	(231.592,10)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(23.805,65)	(1.566,80)
Saldo Final	4.339.424,15	4.109.292,49

A recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão de perdas foi registrada em contrapartida de "Receitas de Operações de Crédito".

h) Operações renegociadas:

Em **31 de dezembro de 2021** as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de R\$ 1.192.542,62, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

8. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Creditos por Avais e Fianças Honrados	103.202,03	0,00	78.412,67	0,00
Rendas a Receber	74.063,73	0,00	50.349,21	0,00
Títulos e Créditos a Receber	3.378,00	0,00	1.559,70	0,00
Devedores por Depósitos em Garantia	0,00	900,00	900,00	0,00
TOTAL	180.643,76	900,00	131.221,58	0,00

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo **BANCO SICOOB**, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R\$ 12.902,05), Rendas de Cartões (R\$ 50.583,12) e outros (R\$ 10.578,56);

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos;

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 3.378,00);



(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: outros (R\$ 900,00).

8.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(70.237,40)	0,00	(76.889,47)	0,00
TOTAL	(70.237,40)	0,00	(76.889,47)	0,00

(b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
E	0,3%	Normal	10.218,90	10.218,90	(3.065,67)	0,00	0,00
E	0,3%	Vencidas	26.625,66	26.625,66	(7.987,70)	0,00	0,00
F	0,5%	Vencidas	8.079,61	8.079,61	(4.039,81)	0,00	0,00
G	0,7%	Vencidas	10.445,48	10.445,48	(7.311,84)	5.077,36	(3.554,15)
H	1%	Vencidas	47.832,38	47.832,38	(47.832,38)	73.335,31	(73.335,31)
Total Normal			10.218,90	10.218,90	(3.065,67)	0,00	0,00
Total Vencidos			92.983,13	92.983,13	(67.171,73)	78.412,67	(76.889,46)
Total Geral			103.202,03	103.202,03	(70.237,40)	78.412,67	(76.889,46)
Provisões			(70.237,39)	(70.237,39)		(76.889,46)	
Total Líquido			32.964,64	32.964,64		1.523,21	

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	37.056,10	0,00	22.269,53	0,00
TOTAL	37.056,10	0,00	22.269,53	0,00

10. Outros Ativos

Em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	8.126,50	0,00	8.415,48	0,00
Devedores Diversos - País	0,00	0,00	7.267,15	0,00
Ativos não Financ. Mantidos para Venda (a)	0,00	0,00	1.049.734,50	0,00
Ativos não Financ Mantidos para Venda - Próprios	0,00	1.049.734,50	0,00	0,00
Despesas Antecipadas	3.134,49	0,00	7.208,71	0,00
TOTAL	11.260,99	1.049.734,50	1.072.625,84	0,00

(a) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Até o ano 2020 esses bens eram registrados na rubrica Bens Não de Uso Próprio e foram reclassificados, em 2021, por força da Carta Circular BCB nº 3.994/2019.

(d) Registram-se ainda, no grupo, as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

11. Investimentos

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Participação em Cooperativa Central De Crédito	1.448.940,14	1.094.463,32
Outras Participações	430,00	430,00
TOTAL	1.449.370,14	1.094.893,32

(a) O saldo é representado, substancialmente, por quotas do **Sicoob SP** e ações do **Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob**.

12. Imobilizado de Uso

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Imobilizado em Curso		45.739,55	40.739,55
Edificações	4%	4.000.000,00	4.000.000,00
Instalações	10%	97.424,44	97.424,44
Móveis e equipamentos de Uso	10%	341.879,87	328.906,13
Sistema de Processamento de Dados	20%	212.053,09	201.145,75
Sistema de Segurança	10%	122.897,30	121.709,00
Sistema de Transporte	20%	62.500,00	62.500,00
Total de Imobilizado de Uso		4.882.494,25	4.852.424,87
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(816.444,24)	(656.444,28)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(63.134,90)	(53.701,94)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(579.589,15)	(535.704,78)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(19.513,95)	(7.013,91)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(1.478.682,24)	(1.252.864,91)
TOTAL		3.403.812,01	3.599.559,96

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

13. Intangível

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas De Processamento De Dados	143.663,85	132.363,85
Total de Intangível	143.663,85	132.363,85
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(111.285,29)	(102.461,49)
Total de Amortização de ativos Intangíveis	(111.285,29)	(102.461,49)
TOTAL	32.378,56	29.902,36



14. Depósitos

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista	30.609.796,55	0,00	38.064.427,82	0,00
Depósito a Prazo	34.393.297,21	0,00	27.499.955,27	0,00
TOTAL	65.003.093,76	0,00	65.564.383,09	0,00

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “*pro rata temporis*”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN nº 4.284/13. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	4.936.235,71	7%	5.101.751,31	7%
10 Maiores Depositantes	24.380.418,44	35%	26.137.368,24	37%
50 Maiores Depositantes	44.011.488,85	63%	44.657.397,78	64%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Depósitos a Prazo	(1.255.031,70)	(1.740.536,48)	(758.707,41)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(57.159,53)	(77.517,47)	(1.583,82)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(58.828,07)	(114.739,17)	(76.358,82)
TOTAL	(1.371.019,30)	(1.932.793,12)	(836.650,05)

15. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/04). Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, estavam assim compostas: *(se aplicável)*

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	2.141.229,98	121.517,28	609.583,82	0,00
TOTAL	2.141.229,98	121.517,28	609.583,82	0,00

16. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	Taxa		31/12/2021		31/12/2020	
		Vencimento	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Bancoob	7,34% a.m.	18/12/2023	5.154.478,86	5.637.421,25	4.919.773,07	6.173.022,53
(-) Despesas a Apropriar Bancoob		18/12/2023	(142.686,76)	(768.539,55)	(195.022,93)	(464.602,32)
TOTAL			5.011.792,10	4.868.881,70	4.724.750,14	5.708.420,21

c) Despesas de Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(324.762,55)	(324.762,55)	(272.072,24)
Outras Instituições	0,00	(293.225,16)	(304.585,36)
TOTAL	(324.762,55)	(617.987,71)	(576.657,60)

17. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem, em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros	4.738.016,00	0,00	4.331.016,00	0,00
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	1.015,74	0,00	965,64	0,00
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados	7.615,17	0,00	1.760,65	0,00
TOTAL	4.746.646,91	0,00	4.333.742,29	0,00

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Convênio Saneamento (R\$ 3,60) e outros (R\$ 4.738.012,40);

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R\$ 7.403,89) e outros (R\$ 211,28).

18. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB CREDLÍDER** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

19. Provisões



Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas	92.388,34	7.157,18	88.382,00	4.449,63
TOTAL	92.388,34	7.157,18	88.382,00	4.449,63

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Coobrigações Prestadas	4.718.621,67	3.876.909,85
TOTAL	4.718.621,67	3.876.909,85

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificados como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações contábeis, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Outras Contingências	0,00	900,00	0,00	900,00
TOTAL	0,00	900,00	0,00	900,00

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

20. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	0,00	0,00	117,72	0,00
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	4.787,43	0,00	4.100,78	0,00
Impostos e Contribuições sobre Salários	72.766,10	0,00	74.809,15	0,00
Outros	17.891,52	0,00	23.904,50	0,00
TOTAL	95.445,05	0,00	102.932,15	0,00

21. Outros Passivos

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias	2.732.519,12	0,00	1.293.577,09	0,00
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	117.928,17	0,00	117.759,61	0,00
Provisão Para Pagamentos a Efetuar	320.968,48	0,00	306.882,10	0,00
Credores Diversos - Pais	77.606,90	0,00	115.306,71	0,00
TOTAL	3.249.022,67	0,00	1.833.525,51	0,00

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	2.087.365,51	0,00	745.986,51	0,00
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (b1)	645.153,61	0,00	547.590,58	0,00
TOTAL	2.732.519,12	0,00	1.293.577,09	0,00

(a.1) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

No exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.3) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nas sobras.

(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R\$ 259.627,96) e outros (R\$ 61.340,52);

22. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	8.389.064,51	9.466.642,32
Associados	3.345	2.861



b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 75%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sobra líquida do exercício	3.209.300,78	1.945.661,42
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	0,00	(17.851,97)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	3.209.300,78	1.927.809,45
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 75%	(2.406.975,59)	(1.445.857,09)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(160.465,04)	(96.390,47)
Absorção das despesas do FATES	55.628,11	
Sobra à disposição da Assembleia Geral	697.488,27	385.561,89

23. Resultado de Atos Não Cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receita de prestação de serviços	75.517,76	168.924,67
Despesas específicas de atos não cooperativos	(27.233,31)	(84.740,80)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(48.421,50)	(66.373,28)
Resultado operacional	(137,05)	17.810,59
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(4.654,68)	26.665,26
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.802,04)	44.475,85
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(4.802,04)	28.416,58

24. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio com o objetivo de remunerar o capital do associado em percentual de 100% da taxa referencial Selic para o exercício de 2021, no montante de R\$ 71.586,52. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.706/2018.

25. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	68.804,04	147.941,02	250.744,45
Rendas de Empréstimos	2.112.160,07	3.990.540,25	3.590.059,38
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	536.369,10	1.017.029,21	1.089.637,50
Rendas de Financiamentos	44.587,79	66.242,81	9.059,41

Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	0,00	2.406,09	202.645,33
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	0,00	0,00	10.854,98
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	346.354,29	655.447,96	354.045,62
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	0,00	4.004,15	57.219,47
Rendas de Créditos Por Avais E Fianças Honrados	832,44	1.664,88	416,05
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	297.893,72	587.415,29	231.592,10
TOTAL	3.407.001,45	6.472.691,66	5.796.274,29

26. Dispendios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas De Captação	(1.371.019,30)	(1.932.793,12)	(836.650,05)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(324.762,55)	(617.987,71)	(576.657,60)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	603.054,23	1.200.410,17	1.424.658,64
Reversões de Provisões para Outros Créditos	5.281,40	12.565,26	70.100,94
Provisões para Operações de Crédito	(1.106.693,99)	(1.848.865,43)	(2.258.804,79)
Provisões para Outros Créditos	(63.493,69)	(118.492,97)	(166.407,10)
TOTAL	(2.257.633,90)	(3.305.163,80)	(2.343.759,96)

27. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Cobrança	228.178,17	451.458,82	429.579,96
Rendas de Outros Serviços	156.149,12	243.850,98	262.301,88
TOTAL	384.327,29	695.309,80	691.880,84

28. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	665,50	1.892,50	2.483,50
Rendas de Serviços Prioritários - PF	29.908,00	63.382,70	99.713,00
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	34.183,00	55.962,38	54.290,73
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	113.429,90	215.243,80	248.170,61
TOTAL	178.186,40	336.481,38	404.657,84

29. Dispendios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(5.099,94)	(9.934,92)	(9.337,50)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(138.266,60)	(269.878,66)	(253.135,00)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(182.156,35)	(361.817,35)	(307.860,00)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(244.612,27)	(520.637,09)	(502.356,90)
Despesas de Pessoal - Proventos	(647.133,92)	(1.404.997,01)	(1.232.852,68)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(1.884,00)	(5.217,33)	0,00
TOTAL	(1.219.153,08)	(2.572.482,36)	(2.305.542,08)

30. Outros Dispendios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(35.640,37)	(73.414,01)	(58.744,06)
Despesas de Aluguéis	(29.492,84)	(56.697,26)	(49.297,74)
Despesas de Comunicações	(51.924,09)	(106.756,92)	(107.167,74)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(17.563,51)	(26.650,47)	(24.927,41)
Despesas de Material	(25.697,40)	(49.655,50)	(37.058,93)



Despesas de Processamento de Dados	(109.544,82)	(230.320,36)	(225.070,43)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(11.040,78)	(12.250,78)	(23.905,26)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(10.073,87)	(20.153,87)	(38.842,50)
Despesas de Publicações	(180,00)	(798,00)	(402,00)
Despesas de Seguros	(4.068,71)	(9.475,25)	(15.992,57)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(274.963,70)	(469.032,31)	(401.159,54)
Despesas de Serviços de Terceiros	(49.528,80)	(98.482,15)	(96.671,88)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(154.456,79)	(308.514,47)	(292.105,55)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(98.019,77)	(188.135,63)	(242.980,14)
Despesas de Transporte	(35.396,58)	(70.523,06)	(93.370,96)
Despesas de Viagem ao Exterior	0,00	0,00	(2.166,56)
Despesas de Viagem no País	(1.861,90)	(3.329,50)	(6.067,59)
Despesas de Amortização	(5.039,60)	(8.823,80)	(7.072,89)
Despesas de Depreciação	(112.612,19)	(225.817,33)	(212.970,17)
Outras Despesas Administrativas	(196.284,00)	(347.498,87)	(212.740,23)
TOTAL	(1.223.389,72)	(2.306.329,54)	(2.148.714,15)

31. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	0,00	0,00	1.068,37
Distribuição de sobras da central	0,00	56.773,12	31.073,47
Rendas de Repasses Interfinanceiros	3.862,73	9.460,92	1.524,88
Outras rendas operacionais	533.759,46	922.127,45	614.860,17
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	135.439,53	263.047,81	316.206,52
Juros ao Capital Recebidos da Central	54.455,77	54.455,77	28.692,00
TOTAL	727.517,49	1.305.865,07	993.425,41

32. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(730,39)	(730,39)	(1.957,56)
Outras Despesas Operacionais	(19.836,66)	(77.634,74)	(46.746,77)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(2.245,70)	(3.971,40)	(8.794,50)
Outras Contribuições Diversas	(840,00)	(840,00)	0,00
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(18.625,63)	(28.056,16)	(5.135,94)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	0,00	(2.277,54)	(3.064,35)
Dispendios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(29.739,17)	(29.739,17)	0,00
TOTAL	(72.017,55)	(143.249,40)	(65.699,12)

33. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Provisões/Reversões para Contingências	0,00	0,00	6.000,00
Reversões de Provisões para Contingências	0,00	0,00	6.000,00
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	810,97	(6.713,89)	12.684,82
Provisões para Garantias Prestadas	(66.851,84)	(136.699,50)	(124.960,64)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	67.662,81	129.985,61	137.645,46
TOTAL	810,97	(6.713,89)	18.684,82

34. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Lucro em Transações com Valores de Bens	0,00	0,00	22.000,00
Ganhos de Capital	315,00	1.830,00	4.760,34
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	0,00	(6.041,11)	0,00
(-) Perdas de Capital	(43,57)	(43,57)	(95,08)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(300,00)	(400,00)	0,00
TOTAL	(28,57)	(4.654,68)	26.665,26

35. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.

36. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN nº 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas em **2021**:

No quadro abaixo são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2021.

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	31.284,67	0,0184%	2,00
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	196.018,84	0,1153%	365,92
TOTAL	227.303,51	0,1337%	367,92
Montante das Operações Passivas	1.798.558,00	2,0241%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2021	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	0,0801%
Aplicações Financeiras	2,0241%

b) Operações ativas e passivas – saldo em **31/12/2021**:

No quadro abaixo são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31/12/2021.

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	1.753,83	8,77	0,2204%
Conta Garantida	1.303,64	13,04	0,0966%
Financiamentos Rurais	123.701,69	1.237,02	1,2490%
Empréstimos	132.831,75	950,34	0,7538%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	339.078,63	1,1105%	0%
Depósitos a Prazo	709.061,22	2,0616%	0,7528%



c) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	1.277,89
Crédito Rural	900.000,00
Empréstimos	20.963,30

d) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2021	31/12/2020
1513 Beneficiários de Outras Coobrigações	93.598,74	123207,6600%

e) Em **2021**, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2021 (R\$)			BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)	
Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
INSS Diretoria/Conselheiros	(30.905,23)	(60.374,70)	(35.544,60)	(65.908,36)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(138.266,60)	(269.878,66)	(126.967,50)	(253.135,00)

f) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

31/12/2021	31/12/2020
471.193,33	695,00

37. Cooperativa Central

A Cooperativa de Crédito Sicoob Credlider – Sicoob Credlider, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O Sicoob SP, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao Sicoob SP a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O Sicoob Credlider responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo Sicoob SP perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **Sicoob SP**:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	63.129.117,18	58.532.472,19
Ativo - Investimentos	1.448.940,14	1.094.463,32
Total das Operações Ativas	64.578.057,32	59.626.935,51

Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o **Sicoob SP**:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	2.017.528,26	2.841.635,21	536.027,51	740.359,74
Total das Receitas	2.017.528,26	2.841.635,21	536.027,51	740.359,74

38. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

38.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.



As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

38.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;

l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;

m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;

n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

38.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.

a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.



Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWAcom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

38.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

limite mínimo de liquidez;

fluxo de caixa projetado;

aplicação de cenários de estresse;

definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

38.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

38.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

38.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:



- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

39. Seguros Contratados

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

40. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência	18.218.433,25	16.288.930,66
Índice de Basileia	34,36%	31,11%

Votuporanga-SP

Idineu Possoni Junior
Diretor Administrativo

Gabriel Baraldi Zolla
Contador CRC 1SP293385

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito Credlíder – Sicoob Credlíder

Votuporanga - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Credlíder – Sicoob Credlíder, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sicoob Credlíder, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe

incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 28 de março de 2022.



Luciano Gomes dos Santos
Contador CRC RS 059.628/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **Cooperativa de Crédito Credlíder - Sicoob Credlíder**, abaixo assinados, em cumprimento das atribuições legais e estatutárias dispostas no Estatuto Social e Regimento Interno vigentes, procederam o exame e análise que compreende o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 bem como as respectivas Demonstrações das Sobras e Perdas, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Resultado Abrangente e das Notas Explicativas, em conjunto com o relatório dos Auditores Independentes, somos de parecer que as contas apresentadas merecem a aprovação pelos senhores cooperados, sem ressalva ou recomendação, constatando que foram atendidas as exigências dispostas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores.

Desta forma, o Conselho Fiscal é totalmente favorável à aprovação das contas pela Assembleia Geral Ordinária.

Votuporanga/SP, 31 de março de 2022.

Antônio Carlos de Moraes
Coordenador

Ivo Ferreira de Lima
Secretário

Fabiana Gonzales Dias
Conselheira Fiscal

Sede e PA 00 - Votuporanga - SP
Rua São Paulo, 3069 - Patrimônio Novo
Fone (17) 3426 5510

PA 02 - Valentim Gentil - SP
Rua Benedita Pimentel Terra, 537 – Centro
Fone (17) 3485 1143

PA 03 – General Salgado – SP
Rua Doutor Bruno Martins, 963 – Centro
Fone (17) 3832 1180

credlider@credlider.coop.br
www.sicoob.com.br/web/sicoobcredlider